



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Ata - Plenário

<b>Reunião:</b> 3ª Ordinária	<b>Sessão legislativa:</b> 4ª	<b>Legislatura:</b> 19ª
<b>Data:</b> 5/2/24		
<b>Local:</b> Plenário Amyntas de Barros		
<b>Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara</b>		

## PEQUENO EXPEDIENTE

### ABERTURA

**Horário:** 15 horas

Sob a presidência do vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo e sendo secretária a vereadora Marcela Trópia, havendo quórum, o presidente abriu a reunião.

Após a leitura, pelo vereador Irlan Melo, de um versículo das escrituras sagradas, o presidente pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”.

## COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/2/24.

## ORDEM DO DIA

### PRIMEIRA PARTE

**Horário de início:** 15h1min

EM SEGUNDO TURNO: 1) Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13/23 - “Altera o art. 193 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte”. Autoria: Bruno Pedralva, César Gordin, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Maninho



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Félix, Pedro Patrus, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wanderley Porto.

Para encaminhamento de votação, usaram a palavra o vereador Bruno Miranda, a vereadora Loíde Gonçalves e o vereador Gilson Guimarães.

Votaram 40 parlamentares, sendo 40 votos SIM. Aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 13/23.

EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 676/23 - “Torna obrigatória a fixação do número de WhatsApp da Sumob nos ônibus do Município para fins de reclamações e sugestões”. Autoria: Wanderley Porto, Fernando Luiz, Marcos Crispim e Rubão.

Os vereadores Wanderley Porto e Irlan Melo discutiram o projeto.

O vereador WANDERLEY PORTO fez uso do tempo para explicação pessoal

O vereador Bráulio Lara discutiu o projeto.

O vereador Irlan Melo e a vereadora Loíde Gonçalves usaram a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 40 parlamentares, sendo 40 votos SIM. Aprovado o projeto.

EM TURNO ÚNICO: 3) Projeto de Resolução nº 764/23 - “Susta integralmente os efeitos do Decreto Municipal nº 18.422, de 23 de agosto de 2023”. Autoria: Bráulio Lara, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Irlan Melo, Jorge Santos, José Ferreira, Loíde Gonçalves, Marcos Crispim, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wesley Moreira.

O vereador Bruno Miranda pediu a interrupção da discussão nos termos do art. 142 do Regimento Interno - RI.

O presidente deferiu o pedido.

O vereador BRUNO PEDRALVA fez uso do tempo destinado à liderança de partido



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para afirmar que a sociedade de Belo Horizonte está surpresa em função de um vídeo no qual o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, comemora a não obrigatoriedade da vacinação para a matrícula de crianças nas escolas da rede pública estadual. Declarou que a vacina salva vidas e que o referido vídeo é criminoso. Disse que a vacinação obrigatória não é compulsória e que ela tem o sentido de estimular as pessoas a se vacinarem. Destacou que o campo político da extrema-direita brasileira aderiu ao movimento internacional contra a utilização da vacina. Disse que irá procurar o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG - a fim de que a citada instituição inicie um processo investigativo acerca da conduta política de Romeu Zema.

O vereador BRAULIO LARA fez uso do tempo destinado à liderança de partido para afirmar que após a pressão realizada pelo Partido Novo, a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - recuou na tentativa de realizar um seminário acerca do Aeroporto Carlos Prates. Observou que o fechamento do Aeroporto Carlos Prates trará uma série de retrocessos econômicos e sociais para a cidade de Belo Horizonte. Disse que a sociedade belo-horizontina quer discutir acerca da utilização e funcionamento do mencionado local. Destacou, referindo-se às palavras anteriormente ditas pelo vereador Bruno Pedralva, a importância da não realização de vacinação em casos nos quais não houve a comprovação de sua eficácia. Disse que vincular a matrícula das crianças na rede pública estadual à obrigatoriedade de vacinação é uma decisão política errada, uma vez que fere o âmbito de liberdade individual.

A vereadora FERNANDA PEREIRA ALTOÉ fez uso do tempo para explicação pessoal.

A vereadora FLÁVIA BORJA fez uso do tempo destinado à liderança de partido para afirmar que recebeu imagens que mostraram a entrada da Secretaria Municipal de Assistência Social da PBH com uma bandeira da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais e



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Transgêneros – LGBT, em que constava a palavra: “bem-vindes”. Declarou que adotou providências a fim de que essa bandeira seja retirada. Observou que houve a politização do uso da vacina pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Disse que, se não fosse a lei aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - para considerar a Educação atividade essencial durante a pandemia, as escolas permaneceriam fechadas por tempo indeterminado, o que prejudicaria o direito de acesso ao ensino público a milhares de crianças. Destacou ser fundamental permitir que as crianças não sejam impedidas de frequentar as escolas em razão da vacinação.

O vereador BRUNO PEDRALVA fez uso do tempo para explicação pessoal.

A vereadora LOÍDE GONÇALVES fez uso do tempo destinado à liderança de partido para afirmar que em resposta ao trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - do Ônibus sem Qualidade foi protocolado um projeto de resolução para sustar parcialmente o contrato entre a PBH e as empresas concessionárias do transporte público. Afirmou que a situação de inúmeros veículos de ônibus é precária e que a inércia e descaso das citadas empresas não pode permanecer.

O vereador IRLAN MELO fez uso do tempo destinado à liderança de partido para prestar solidariedade a Djalma, motorista de ônibus em Belo Horizonte, que sofreu um acidente no Bairro Jardim Felicidade. Destacou que Djalma sofreu leves escoriações. Observou que tal situação ocorreu porque o valor do subsídio dado pela PBH para as empresas concessionárias do transporte público não é suficiente para a manutenção dos veículos. Afirmou que a politização do tema da vacinação é problemática e que o desejo da esquerda é o controle dos cidadãos. Observou que os vereadores da Frente Cristã da CMBH irão propor um projeto de lei para impedir a implementação da ideologia de gênero pela PBH.

O vereador Irlan Melo solicitou a verificação do quórum.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Foi registrada a presença de 13 parlamentares, número insuficiente para a continuidade dos trabalhos.

### TRANSFERÊNCIAS E ANÚNCIOS

Foram anunciados para a 5ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 7/2/24, os projetos de lei nºs 684 e 703/23 e o Projeto de Resolução nº 764/23.

Ficaram transferidos para a 4ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 6/2/24, os requerimentos nºs 1.494, 1495, 1.305 a 1.459 e 1.687/23 e a Moção nº 62/23.

### ENCERRAMENTO

**Horário: 16 horas**

**41 parlamentares presentes ao longo da reunião:** Álvaro Damião, Braulio Lara, Bruno Miranda, Bruno Pedralva, César Gordin, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Dr. Célio Frois, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Flávia Borja, Gabriel Sousa Marques de Azevedo, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Jorge Santos, José Ferreira, Juninho Los Hermanos, Loíde Gonçalves, Maninho Félix, Marcela Trópia, Marcos Crispim, Marilda Portela, Miltinho CGE, Pedro Patrus, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Professor Claudiney Dulim, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wagner Ferreira, Wanderley Porto, Wesley Moreira e Wilsinho da Tabu

O presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que, após aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada sua aprovação.

Presidenta/Presidente

Secretária/Secretário